



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Educação

Curso de Especialização em

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

TAÍZA FERREIRA DE OLIVEIRA

Acesso e permanência de alunos negros ao Ensino
Superior: Programa afroatitude da Universidade de Brasília

Brasília

2014

TAÍZA FERREIRA DE OLIVEIRA

Acesso e permanência de alunos negros ao Ensino
Superior: Programa afroafetividade da Universidade de Brasília

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB)
como requisito para obtenção do grau de Especialista
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Professor Orientador: Ruth Meyre

Brasília

2014

Oliveira, Taíza Ferreira de.

Acesso e Permanência de alunos negros ao ensino superior: Programa Afroatitudo da Universidade de Brasília / Taíza Ferreira de Oliveira. – Brasília, 2014.

39 f. : il.

Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2014.

Orientador: Prof. Msc. Ruth Meyre

1. Programa Afroatitudo. 2. Política de Cotas Raciais. 3. Acesso e Permanência no Ensino Superior. I. Título.

TAÍZA FERREIRA DE OLIVEIRA

Acesso e permanência de alunos negros ao Ensino Superior: Programa afroatitude da Universidade de Brasília

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça do (a) aluno (a)

Taíza Ferreira de Oliveira

Ruth Meyre

Professor-Orientador

Lucilene Costa e Silva

Professor-Examinador

Brasília, 07 de Junho de 2014

Agradecimentos

À Deus, por me dar vida e saúde para a realização deste trabalho e a oportunidade de conseguir concluí-lo.

À minha família e amigos pelo apoio dado para a realização deste trabalho e em cada etapa do curso.

Ao grupo afroatitude que me permitiu participar de suas reuniões, acolheu-me como uma do grupo e me deu todo o suporte necessário à realização deste trabalho.

À professora Ruth pelo apoio, motivação e brilhante orientação neste trabalho.

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história

[...]

Se o preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

Jorge Aragão

Resumo

O trabalho abordará o acesso e a permanência de alunos negros aos cursos de graduação da Universidade de Brasília. Serão, para tanto, analisados a política de cotas e o programa afroatitude. A política de cotas se refere ao acesso dos alunos negros ao ensino superior, no âmbito da Universidade de Brasília, e o programa afroatitude, uma política de permanência desses alunos nessa universidade, ou seja, um suporte para a ocorrência da não evasão desses alunos cotistas. Para se chegar aos objetivos propostos será realizada uma pesquisa qualitativa, etnográfica, no modelo da observação participante, onde, através da observação de uma reunião do grupo do programa afroatitude, serão analisados a política de cotas e o referido programa como um programa de auxílio à permanência de alunos negros na Universidade de Brasília, e não apenas na questão financeira, mas também em questões que perpassam a subjetividade do aluno cotista, como a afirmação de sua identidade negra.

Palavras-chave: Cotas. Afroatitude. Ensino Superior. Acesso. Permanência.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
OBJETIVOS	3
METODOLOGIA	4
CAPÍTULO 1 - Revisão histórica da questão racial no Brasil	6
1.1- A escravidão e a cidadania	7
1.2– Políticas Públicas e Raça	9
1.3 - Os movimentos sociais e as políticas públicas	10
CAPÍTULO 2 – A questão racial e a educação básica – baixo rendimento e evasão escolar	13
CAPÍTULO 3 - O acesso e a permanência dos negros na educação superior	19
CAPÍTULO 4 – A Política de Cotas e programa de ações afirmativas na UnB – Programa Afroatitudo	25
DADOS E DISCUSSÕES	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

Introdução

Muitos/as alunos/as negros/as sofrem preconceito, na educação básica, não apenas por parte dos/as professores/as, mas também por outros que se encontram presentes no ambiente escolar, e até mesmo da sociedade. Assim, a escola seria uma instituição promotora de desigualdades, e na maioria das vezes os/as professores/as, devido a esse preconceito institucionalizado, acabam por profetizar as vidas escolares de seus alunos/as negros/as, com reprovações e retenções em séries inferiores, sob a justificativa de que esses/as alunos/as não teriam capacidade de aprendizagem, não chegariam muito longe.

A partir dessa dura realidade, mal era possível pensar em terminar o ensino médio, quiçá adentrar o ensino superior e ainda mais sendo em uma universidade pública, onde as vagas são vorazmente disputadas. A política das cotas raciais aparece neste cenário para amenizar a problemática da discriminação e exclusão desses alunos negros que não contam com boa perspectiva de futuro.

Marx, com o seu ideário da luta de classes e em seu manifesto comunista, diz que “os comunistas não inventaram essa intromissão da sociedade na educação, apenas mudam seu caráter e arrancam a educação à influência da classe dominante.” (MARX & ENGELS, 1986, p. 36). Ou seja, essa ideia seria a universalização do ensino, a ideia de uma educação pública e de qualidade para todos. Fazendo uma análise e trazendo as ideias de Marx para a atualidade, podemos estender essa educação pública de qualidade para todos do âmbito da educação básica para o campo universitário. Pensando-se nessa universalização do ensino, a política de cotas proporcionaria maior oportunidade de ingresso aos/às alunos/as negros/as excluídos/as no ensino superior.

Mas, não adianta apenas dar o suporte no acesso desses alunos à universidade sem garantir-lhes a permanência. A evasão pode ser uma realidade devido a questões de base escolar ou até mesmo de situação financeira e oportunidades no mercado de trabalho, que também não lhes são oferecidas.

A necessidade de um programa ou política de auxílio a esses estudantes como garantia de permanência e conclusão do curso de graduação culminou, na Universidade de Brasília – pioneira na questão da implementação da política de cotas raciais, com o programa Afroatitude. O objetivo do programa é dar suporte na permanência dos alunos cotistas na universidade.

O presente trabalho pretende analisar a política de acesso e o programa de auxílio à permanência, percebendo-se a trajetória de inclusão dos alunos negros cotistas no cenário da educação superior, no âmbito da Universidade de Brasília.

Objetivo Geral

- Analisar a política de cotas raciais e o programa afroatitude da Universidade de Brasília para se chegar a como está se dando o acesso e a permanência de alunos negros a UnB;

Objetivos Específicos

- Observar as relações entre a política de cotas e a criação de programas de ações afirmativas para a ocorrência efetiva de oportunidades de acesso e permanência no ensino superior para alunos negros.
- Observar como está se dando o acesso e a permanência de alunos negros à Universidade de Brasília, através da política de cotas raciais e o programa afroatitude.

Metodologia

O trabalho incorrerá em uma pesquisa qualitativa, realizada a partir de dados obtidos sobre o programa afroatitudo e como ele atua no sentido da permanência dos/as alunos/as ingressos na UnB através da política das cotas raciais. Investigaremos como esse programa de ações afirmativas consegue ser eficaz no que se pretende – a permanência dos/as alunos/as cotistas na UnB, envolvendo pesquisa de campo, contemplando coleta de dados sobre a criação e implementação da política de cotas e do programa afroatitudo. Busca-se analisar o contexto histórico-cultural e social no qual a mesma está inserida.

A pesquisa qualitativa “não busca enumerar ou medir eventos” (NEVES, 1996, p. 1), mas sim descrever um fenômeno, por isso é muito utilizada em pesquisas do campo das ciências sociais. Nesse tipo de pesquisa ocorre “a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo.” (NEVES, 1996, p. 1) Assim, o pesquisador vai a campo, interagindo com o seu objeto de estudo, com os participantes da situação em estudo, para posteriormente emitir uma interpretação sobre o fenômeno em questão. Dessa forma temos que

As noções teórico-metodológicas que estão presentes nesse tipo de pesquisa estão embasadas numa linha investigativa denominada de interacionista, que se diferencia da postura positivista no tratamento dos dados. (OLIVEIRA, 1982, p. 1)

Então, o que ocorre é a interpretação, o olhar do pesquisador sobre a situação que está se propondo a estudar e tudo a partir do olhar dos participantes, havendo sempre certa interação entre o pesquisador e a situação pesquisada, podendo até mesmo o pesquisador participar diretamente da situação em estudo, que é uma das modalidades da pesquisa qualitativa, a observação participante.

A pesquisa de campo a que se propõe fazer nesse trabalho é etnográfica que “é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 13-4) e trata dessa modalidade, a observação participante, que “prevê a existência de quatro

fases: observação inicial, observação inicial com alguma participação, participação com alguma observação e observação reflexiva.” (MARCON & ELSEN, p. 637) Dessa forma, o pesquisador entra em contato direto com o campo num tempo hábil que permita a ele promover as quatro fases do modelo de observação participante, obtendo dados mais completos para o trabalho e desenvolvendo sempre a reflexão acerca dos dados obtidos.

Após todas as etapas, será feita a sistematização e análise dos dados coletados, para ao final apresentar os resultados da pesquisa.

Capítulo 1 – Revisão histórica da questão racial no Brasil

As políticas públicas surgem como sendo uma forma de amenizar e tentar erradicar as desigualdades, principalmente aquelas direcionadas aos grupos aos quais historicamente se tem uma herança histórica de discriminação, como negros e mulheres, que eram alijados da sociedade, não possuindo direitos perante a sociedade. Por isso essas temáticas – de raça e gênero – são muito discutidas, principalmente no cenário contemporâneo, onde conquistaram maior visibilidade.

No tocante às políticas públicas, Souza (2006) traz, dentre outras, duas definições que se fazem pertinentes no que tange ao que se propõe o presente trabalho. A primeira é o conceito de Lynn, que a define como “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.” (SOUZA, 2006, p. 24) Outra definição interessante é a de Laswell, que a define que “decisões e análises sobre política pública implicam responder às questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.” (SOUZA, 2006, p. 24)

Assim, a definição de Lynn se faz interessante porque políticas públicas se remete exatamente a isso, a ações realizadas pelo governo que vão produzir efeitos na sociedade e conseqüentemente no próprio governo, confirmando as suas ações. O que restringe essa definição é o fato de que, é uma ação do Estado, mas não sozinho, e sim com o diálogo entre outros atores que possuem interesses em elaborar e implementar as políticas públicas e também entre a parcela da população a quem se destinaria a política, ou seja, os beneficiários das políticas públicas.

Nesse sentido podemos dizer que desde outrora, muito se conseguia através da manifestação popular, movimentos sociais, organizações de classes e também com as organizações não governamentais. Todas essas instituições possuem uma grande luta em prol de uma classe que muitas vezes são compostas dos excluídos socialmente, pois os excluídos quando se reconhecem, acabam por se unirem contra o preconceito e a exclusão social. Assim, esses grupos tem papel importante através da participação social, pois são capazes de se articular juntamente com representações políticas para a

criação e implementação de leis e políticas em prol de seus grupos que se encontram à margem da sociedade.

A definição de Laswell é a mais conhecida e se faz interessante e importante pelo fato de trazer a ideia de análise de política pública e para se elaborar e implementar uma política pública é necessário que se faça as perguntas propostas por ele, porque com uma política pública é exatamente o que acontece, alguém ganha algo, com um motivo e tem que trazer mudanças e benefícios a alguém. Todas essas definições confluem para modelos de elaboração e implementação de políticas públicas no cenário contemporâneo.

Em relação a questões de gênero e raça podemos dizer que a sociedade ainda é muito preconceituosa, por motivos que vem desde tempos idos e que se cristalizaram e naturalizaram no discurso social e vem sendo reproduzido desde então e por isso até hoje há muita segregação.

Diante de todos esses fatos, esse capítulo pretende mostrar um panorama histórico sobre as questões que relacionam políticas públicas e raça no início da república no Brasil, período pós-abolicionista, perpassando pela questão do Estado como promotor do diálogo entre essas questões, relacionados à cidadania, na garantia dos direitos sociais e políticos desses grupos marginalizados, ou seja, que se encontravam à margem da sociedade.

1.1 A escravidão e a cidadania

A escravidão sempre foi uma maneira pensada pelos dominadores para garantir a exploração do território e, além disso, como forma de controlar a população dominada, para que a mesma não se contrapusesse a vontade dos dominadores. Assim, no Brasil, desde o descobrimento até a abolição da escravidão eram mantidos escravos para garantir a manutenção da colônia. No início eram os índios que foram feitos escravos pelos portugueses. Em seguida, vieram os negros para dar conta dos serviços nas fazendas dos grandes latifundiários. (VICENTINO & DORIGO, 2001)

Nesse íterim houve a independência do Brasil com relação a Portugal, porém a situação da escravidão continuou intacta. Em estudos de Carvalho (2010) temos que houve promulgação da Constituição em 1824, porém nela os escravos não possuíam nenhum direito, aliás, não eram considerados cidadãos. Assim, com relação à independência e os direitos civis imaginariamente conquistados com a nova constituição promulgada, Carvalho (2010) diz que

“A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas.” (CARVALHO, 2010, p. 45)

Depois da abolição, em 1888, e com a proclamação da república, os negros ficaram ainda mais alijados e a margem da sociedade. Não conseguiam emprego e quando conseguiam eram subempregos, como empregados e subalternos. Os estudos de Carvalho (2010) sobre a cidadania no Brasil traz a ideia de que os negros, não possuíam direitos políticos e sociais, não tendo assim, participação social. Eram discriminados por sua cor e por sua cultura. Não podiam morar nos grandes centros urbanos, alocando-se na periferia dos mesmos, e a partir daí que surgiram os cortiços, que eram aglomerações de casas onde viviam negros e esses se encontravam nas periferias, bem afastados dos grandes centros para que não se misturassem com a grande elite.

Nesse contexto, as relações entre o branco e o negro eram inviáveis e mal vistas pela sociedade. Nesse momento, como podemos encontrar em informações de HELBORN, ARAUJO & BARRETO (2010, módulo III) é que começa a promoção do branqueamento¹ da população, quando se tem a criação de uma política de imigração europeia sendo amplamente difundida e

¹ Branqueamento foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira que considerando seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais; isso faz com que o negro procure identificar-se como branco. (BENTO, 2002)

aceita pela sociedade, exatamente interpondo essa ideia do embranquecimento da sociedade. Essa ideia do branqueamento vem ao encontro do racismo científico, com as teorias da eugenia e do darwinismo social. E é daí que provem toda a discriminação e segregação que ocorre hoje, no cenário contemporâneo, no Brasil.

1.2 Políticas Públicas e Raça

As políticas públicas estão presentes em diversos âmbitos da sociedade, visando beneficiar uma parcela da população, principalmente as pessoas pertencentes às classes populares e também as que possuem alguma herança histórica de desigualdade, como os negros/as, pretendendo à igualdade social. Nesse sentido, conforme Secchi (2012) apresenta em seus estudos sobre as políticas públicas, temos as diversas etapas em que consiste o desenvolvimento e aplicação das políticas públicas, que devem ser levadas em consideração para que a mesma consiga atingir o seu objetivo frente às pessoas a quem se destinam.

Pode-se observar que essa área é muito importante e que todos os que atuam para a criação e implementação de políticas públicas tem uma grande responsabilidade social; o trabalho realizado, pois, no auxílio a população, deve levar em consideração os aspectos socioculturais dos mesmos, dentre outros fatores. Isso se torna elemento essencial no tocante ao tema de políticas públicas.

Nesse sentido, no cenário atual, já está ocorrendo certa conscientização acerca da dívida histórica que se tem quando se fala na população negra e devido a esse fato estão sendo pensadas, elaboradas e implementadas políticas públicas que abarquem essa parcela da população, a fim de que se minimizem o preconceito e se obtenha maior igualdade de condições entre brancos e negros, é o que mostra os estudos presentes no texto de HELBORN, ARAUJO & BARRETO (2010, módulo I). Entretanto, se tais ações tivessem sido pensadas outrora, no período referente ao pós-abolicionismo, hoje o

cenário social no que tange ao aspecto raça² seria diferente e não seriam necessárias as inúmeras discussões que ocorrem acerca dessa temática voltada para o âmbito das políticas públicas.

Após a abolição, os negros e as negras eram tratados de forma pejorativa e não podiam entrar e sair pela porta da frente, apenas pela porta dos fundos, como se fossem empregados, mesmo que não fossem escravos e escravas e também não podiam frequentar todos os tipos de lugares, embora públicos. A forma com que era tratada a cultura dos negros pelos brancos também era preconceituosa, sempre sendo repelida e tratada como cultura primitiva; não era aceita a cultura desses povos, embora inofensiva, os brancos diziam que os negros não eram cristãos. (VICENTINO & DORIGO, 2001)

Esses fatos retratados demonstram o racismo de que trata o texto de HELBORN, ARAUJO & BARRETO (2010, módulo III), presente na sociedade da época, ou seja, uma ideia de que a sociedade estivesse subdividida em raças, onde os brancos seriam superiores aos negros/as, pela imagem desses estar vinculada à escravidão. Isso demonstra também a questão das representações sociais simbólicas, associação direta entre negro e escravidão, servidão, trabalho, portanto raça inferior. Esse racismo ainda está de certa forma presente na sociedade contemporânea, embora muitas vezes se apresentando de outras maneiras, de forma indireta ou mesmo velada e é nesse contexto que entram as políticas públicas, para tentar amenizar essa questão racista histórica ainda vigente na sociedade atual.

1.3 Os movimentos sociais e as políticas públicas

Na época pós-abolicionista não foram manifestadas nenhuma ação em favor do negro, ou seja, o que ocorria era a ausência de políticas públicas, principalmente para os negros, que deveriam ser abolidos da sociedade vigente à época. Nesse momento inicial da república já se pensavam em organizações como os movimentos sociais atuais, para lutar em favor dos direitos de uma determinada classe, defendendo uma temática – nesse caso

² Raça em seu caráter biológico pode ser definida como tudo o que tange à raça negra; é a consciência de pertencer a ela, preservando uma identidade negra comum. Em seu caráter social é a afirmação do negro pela valorização de sua cultura, a começar da poesia e outros. (MUNANGA, 1988)

de raça. Como se encontravam, muitas vezes, reunidos em cortiços, havia mobilização para a criação de movimentos, mas, mesmo se reivindicassem algo acabariam por perder, pois a população à época se encontrava predominantemente branca e os interesses políticos e sociais voltados para esses.

Com o passar dos tempos, essa história foi mudando, se transformando, e foram sendo criados os movimentos sociais – nesse sentido o movimento social negro – que começaram a conquistar certa visibilidade e reconhecimento perante a sociedade, como podemos perceber em estudos de que trata HELBORN, ARAUJO & BARRETO (2010, módulo I).

Percebemos que a lógica, no que tange o desenho das políticas públicas, está mudando e contemplando cada vez mais a criação de políticas voltadas para os grupos em situação de desigualdades. Como podemos ver em estudos demonstrados em HELBORN, ARAUJO & BARRETO (2010, módulo I), isso, portanto, é uma conquista dos movimentos sociais que se fazem presentes no diálogo com os diversos atores políticos e lutam pela elaboração e implementação dessas políticas e tem obtido sucesso em muitas de suas ações, o que podemos perceber com a implementação de algumas políticas públicas voltadas para a questão de raça, como, por exemplo, as cotas raciais nas universidades. Isso pode estar ocorrendo devido ao fato de que:

interesses (ou preferências) são mobilizados não só pelo auto-interesse, mas também por processos institucionais de socialização, por novas idéias e por processos gerados pela história de cada país. Os decisores agem e se organizam de acordo com regras e práticas socialmente construídas, conhecidas antecipadamente e aceitas (March e Olsen, 1995: 28-29). (SOUZA, 2006, p. 38)

Diante de tantas discussões no mundo contemporâneo a respeito das políticas públicas, o que se tem hoje, no cenário brasileiro, é que políticas são criadas e desenvolvidas para uma pequena parcela da população, não atendendo à maioria ou quem muitas vezes, precisaria demasiadamente delas e nesse sentido, por não haver um auxílio por parte do Estado, essas pessoas acabam alijadas das políticas públicas e conseqüentemente do processo de integração político-social e posteriormente e devido a esse fato, da sociedade.

Assim, no que tange a políticas públicas voltadas para as pessoas que se encontram em situação de desigualdades, essas hoje já se encontram, de certa forma, unidas em movimentos sociais para que consigam ter visibilidade e assim o reconhecimento perante a sociedade, questão essa de que trata Fraser (2001). Então, no momento de elaboração de políticas públicas, cabe aos atores que considerem essa parcela da população e busquem criar políticas capazes de amenizar essas desigualdades societárias.

Nesse contexto, para amenizar a situação dos negros e inseri-los na sociedade, deveriam ter sido criadas políticas públicas desde a época da proclamação da república, período pós-abolicionista, para que os mesmos não ficassem segregados perante a sociedade branca da época. Porém havia nesse momento a ideia de que a modernização do país só se daria com o branqueamento da população. A esse respeito, Jaccoud (2008) diz que

O projeto de um país moderno era, então, diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca. A entrada dos imigrantes europeus e a miscigenação permitiriam a diminuição do peso relativo da população negra e a aceleração do processo de modernização do país. (JACCOUD, 2008, p.53)

Dessa maneira, os negros foram rechaçados, sem participação na sociedade e, de certa forma seu trabalho foi substituído por uma mão-de-obra branca, advinda dos imigrantes europeus, numa política de branqueamento da sociedade, numa perspectiva de livrar a sociedade da presença do negro, que assim permanecia à margem da sociedade, enquanto havia por traz dessa ideia do branqueamento e da exclusão dos negros da sociedade, a ideia de que o país estava se modernizando.

E devido a isso, hoje se embatem discussões a respeito da questão racial e o que pode ser feito, a nível de políticas públicas e afirmativas, para que sejam sanados esses problemas que poderiam ter sido retratados e resolvidos outrora, no momento pós-abolição.

Capítulo 2 – A questão racial e a educação básica – baixo rendimento e evasão escolar

“O que o negro precisa é Educação...” Uma vez que ajudamos a pagar os custos da educação pública é melhor que lutemos por ela” (SILVA, 2008, p. 3)

Desde a época da abolição no Brasil, os negros ficaram alijados da sociedade, devido a um discurso que primava pelo branqueamento da população e assim ocorreu com a política da imigração. Dessa forma, os negros ficaram sem empregos e sem um lugar na sociedade, excluídos. Assim, “a educação formal adquirida nos bancos escolares tem sido meta almejada pelos negros organizados” (SILVA, 2008, p. 3), ou seja, a educação formal assim como era concedida aos brancos era reivindicação dos negros.

A educação, portanto, passou a ser vista como algo pelo qual se alcançaria a inclusão na sociedade e a cidadania que lhes estava sendo arrancada com a política de branqueamento e grande carga de preconceito. Como esse direito à educação estava sendo retirado dos negros, esses começaram a se organizar em movimentos sociais e tentar mudar essa situação de exclusão, tomando por si mesmos, em organizações, meios de que os negros tivessem acesso à educação, no sentido do conhecimento, para que dessa forma pudessem obter determinada ascensão social. Assim temos que

Moura (1988), referindo-se à imprensa negra, em São Paulo, dos anos trinta, lembra que a educação, vista como um meio de ascender social e culturalmente, era uma de suas constantes preocupações. Inúmeras foram as iniciativas implementadas por diferentes organizações, ao longo da trajetória dos movimentos sociais (Silva, 2003). (SILVA, 2008, p. 3)

Então, pode-se perceber que desde a época da abolição, com a ausência de políticas de inclusão da população negra recém liberta e visando-se ao branqueamento, os negros ficaram alijados de processos educativos formais, dependendo de iniciativas de movimentos sociais para ter acesso ao conhecimento formal e dessa maneira tentar alguma ascensão em meio a uma sociedade eivada de preconceito.

E hoje, no cenário educacional atual, a situação não é muito diferente. Os negros obtiveram a possibilidade de adentrar aos espaços escolares, de

educação formal, porém ainda sofrem muito preconceito e devido a isso já são pré-julgados como que não conseguem obter aprendizado e acabam por evadirem-se da escola, ou então ficam sendo retidos numa mesma série durante muito tempo, o que também os desmotiva e os fazem desistir da escola. Dessa forma, temos que

Quando os professores falam sobre a relação entre raça e desempenho escolar, eles usam o tempo verbal no passado, o que demonstra que para esses professores ter alunos negros com bom desempenho escolar não é uma experiência que se repete com frequência: *Eu já tive alunos negros que se desempenhavam melhor do que aluno branco*. Assim como o depoimento acima, a professora destaca que algum dia houve alunas negras que se destacaram... (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 273)

Em uma outra fala, de uma outra professora, acerca do rendimento de alunos negros temos o seguinte:

Uma professora de uma escola privada reflete e chega à seguinte conclusão: *Acho que, analisado sala por sala, eu não lembro de uma sala em que o negro seja aquele aluno que se destaque, eu acho isso uma realidade muito triste*. (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 273)

Ou seja, os próprios professores não acreditam no potencial do aluno/a negro/a e, para eles é uma grande surpresa quando um aluno negro consegue se destacar, mas parece que isso pouco ocorre, como podemos perceber nos discursos das professoras, citados acima, onde os negros pouco ou nada se destacam nas turmas, ou quando isso ocorreu foi num passado distante e hoje, para as professoras, essa é uma realidade longínqua, que está longe de se repetir.

O pior é que muitas vezes os professores colocam a culpa de que os negros não se destacam nos próprios negros, que, segundo os/as professores/professoras, não conseguem ter bom rendimento devido ao preconceito que sofrem, que devido a isso esses alunos negros não conseguem desenvolver suas potencialidades, por sofrer discriminação, ou seja, transfere a culpa do fracasso escolar ao próprio aluno negro:

ênfatisa-se que a discriminação racial é um problema de *foro íntimo* do negro, ele é quem tem que se resolver, e a escola não tem e não quer ter responsabilidade sobre a questão. Entretanto faz-se necessário pensar que a escola é parte constitutiva da sociedade e por isso assume um fundamental papel na manutenção e no

enfrentamento de preconceitos e discriminações. (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 274)

Assim, a escola e os/as professores/professoras querem se eximir de uma responsabilidade que é de todos, da sociedade, e que a escola, como um ambiente de construção de conhecimentos, de formação, transformação e inclusão, deve ter uma postura de enfrentamento ante o discurso do preconceito, da discriminação, da exclusão, para mudar essa realidade, porém não é o que se tem como realidade nas escolas hoje, e, dessa maneira, vai predominando um discurso excludente das elites sobre os excluídos, discurso esse que vai sendo mantido e naturalizado com o passar dos tempos, de maneira que o negro continua sofrendo preconceito e sendo excluído no e do processo escolar.

Em estudo realizado por Abramovay & Castro, 2006, um diretor de escola privada diz que o mau rendimento dos alunos negros pode ter relação com a instrução familiar, indicando indiretamente que as famílias dos alunos negros são menos instruídas, no que diz respeito ao conhecimento escolarizado formal e que, por isso, os alunos negros possuem baixo rendimento, como uma espécie de reflexo dos pais, ou carga genética.

Esse pensamento do diretor tem como fundamento a teoria biologizante da aprendizagem, com uma concepção inatista, a qual diz que o aluno é um ser biológico determinado por sua carga genética, portanto, seu lado cognitivo está geneticamente condicionado, suas estruturas cognitivas se encontram pré-determinadas desde o seu nascimento, ou seja, o sujeito já nasce com pré-disposição para aprender ou não aprender.

Também há a questão que alguns professores e diretores colocam que é a questão de que, às vezes, no ambiente escolar, alunos negros são a minoria e, assim, “os alunos negros não se sentem identificados e representados no espaço escolar.” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 274) e então isso também seria apontado como um fator de exclusão e baixo rendimento desses alunos negros.

Com relação aos pais, esses têm a ideia de que o sucesso escolar independe da questão racial. Alguns compartilham da ideia de que as diferenças estariam condicionadas a questão da oportunidade e não

propriamente da raça. Mas será que a falta de oportunidade não seria uma herança histórica do negro na sociedade, do estereótipo do negro já criado, naturalizado e transmitido pela sociedade ao longo dos tempos? Enfim, é uma questão para se refletir, ser pensada e repensada, para nesse contexto serem criadas e implementadas políticas que amenizem essa herança histórica e proporcione equidade de oportunidades para os negros.

Em meio a toda essa situação de exclusão do aluno negro, da profecia dos professores ante ao aprendizado desses alunos, a culpa do fracasso que é deslocada para o aluno, ou até mesmo para a família desse aluno, ou pela falta de oportunidade, na opinião de alguns pais, o que ocorre é a desmotivação desse aluno pelos estudos e dessa forma o conseqüente baixo rendimento escolar, culminando em reprovações e/ou evasões. A partir disso, pode-se dizer que

Diante de um quadro perverso em que as crianças e jovens negros são objetos da expectativa negativa de professores e de seus colegas, note-se que se a tendência é que os alunos se sintam desestimulados, condiciona mais baixo desempenho. (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 277)

No entanto, também podemos ter a situação oposta, onde o aluno negro, exatamente por estar sofrendo preconceito, discriminação e se encontrar num processo de exclusão escolar e social, encontra-se motivado a vencer, ter sucesso, contrariando as expectativas da escola e da sociedade de que ele não chegará a lugar algum, continuará na situação de exclusão e marginalização – estando à margem da sociedade.

Mas essa situação de oposição ao sistema requer muita perseverança e até mesmo ajuda familiar. Assim, “o estigma do racismo pode levar o aluno a superar as limitações em sua trajetória educacional” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 277), sendo que “a busca por reconhecimento leva, por vezes, a um esforço para maior rendimento escolar.” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 277)

Tomando-se a questão específica da evasão escolar, os/as professores/professoras culpam a estrutura familiar dos alunos, ou mesmo questões socioeconômicas, pois o aluno precisaria trabalhar para ajudar na renda familiar e por esse motivo abandonaria os estudos. Então, “a justificativa

utilizada para se explicar a evasão escolar é a “desestruturação das famílias” que não dão o suporte necessário para que os alunos permaneçam na escola.” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 278) e ainda que “o aluno negro deixa a escola porque precisa trabalhar.” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 278)

Outra situação que leva à evasão escolar dos alunos negros é a questão do próprio preconceito e da discriminação, que são disseminados no ambiente escolar a partir do momento em que os alunos brancos proferem xingamentos racistas com o intuito de inferiorizar o aluno negro. E a escola, muitas vezes, acaba por não punir os alunos brancos por tal ato de racismo, tentando sempre encontrar uma forma de culpabilizar sempre o aluno negro por tais atos e dizer que na escola não existe ato de racismo:

O aluno, alvo dos xingamentos racistas, é induzido pela escola a silenciar sobre os fatos, e esse silenciamento é compreendido pelo professor como um processo de conscientização do aluno e da família de que na escola não existe racismo. (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 280)

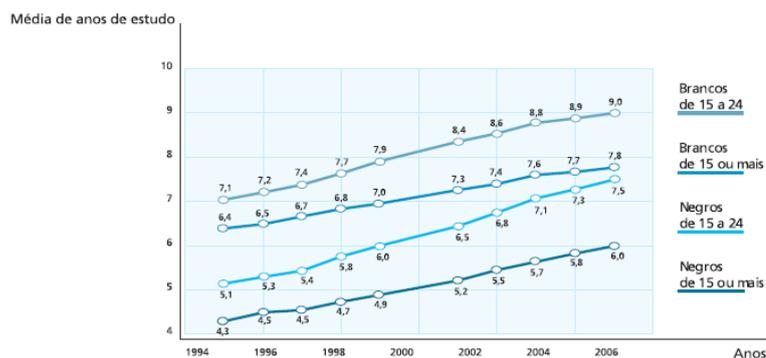
É interessante perceber, através do que já foi aqui exposto que, em momento algum os profissionais culpabilizam a escola pela questão da evasão, do baixo rendimento dos alunos e até mesmo pela questão do preconceito e da exclusão. É muito fácil para eles se eximirem e também eximir a escola como instituição da culpa pelo fracasso e evasão e como promotora de desigualdades, mantendo o sistema – o que não seria o seu papel como formador e transformador da realidade. Assim, pode-se dizer da escola que:

É uma rede perversa que culpa o aluno e sua família para tirar de si a responsabilidade de realizar trabalhos e discussões sobre a discriminação racial e sobre as desigualdades raciais no espaço escolar. (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 280)

E se toda essa situação de preconceito e exclusão de alunos negros já acontece desde o Ensino Fundamental – primeira etapa da educação básica – pode-se concluir que poucos chegarão ao Ensino Médio – segunda etapa da educação básica – e, logo, não conseguem concluir a educação básica, o que já se pode ter como obstáculo para a chegada dos negros a Educação Superior.

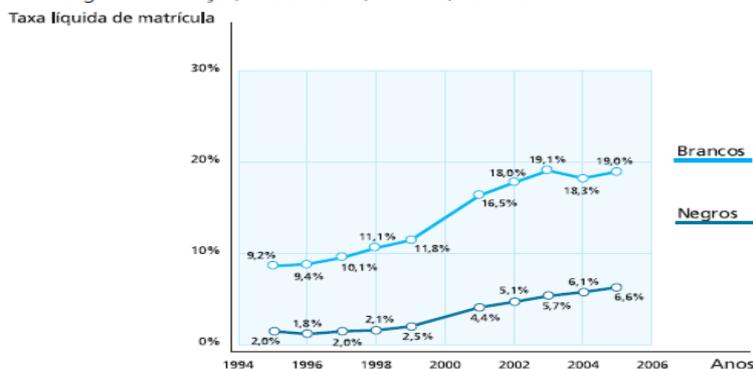
Para mostrar essa questão de que os negros não conseguem concluir a educação básica e chegar ao nível superior, temos os gráficos a seguir, retirados de estudos de SOARES, FONTOURA & PINHEIRO (2006, p. 406-408), onde temos a média de anos de estudo (Gráfico 5) e a taxa líquida de matrícula no ensino superior (Gráfico 3) de brancos e negros e através dos mesmos pode-se concluir que os negros encontram-se em menor número, comparando-se aos brancos, em termos de escolaridade.

GRÁFICO 5
Média de anos de estudo, segundo cor/raça e faixa etária –
Brasil, 1995-2005



Fonte: Pnads 1995-2005.
Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

GRÁFICO 3
Taxa líquida de matrícula no ensino superior,
segundo cor/raça (19 a 25 anos) – Brasil, 1995-2005



Fonte: Pnads 1995-2005.
Nota: A população negra é composta de pretos e de pardos.

O que pode ser percebido, diante dos fatos apresentados, é que desde a abolição até os dias atuais tem-se a exclusão do negro no que diz respeito à educação. Se o negro não consegue nem adentrar a escola, formar-se na Educação Básica, que dirá chegar ao Ensino Superior. Concluir os estudos e adentrar o mercado de trabalho: esse se torna um grande desafio para os alunos negros.

Capítulo 3 – O acesso e a permanência dos negros na educação superior

Os governos têm o papel de mediação entre os grupos de interesse, movimentos sociais, dentre outros atores na elaboração e implementação de políticas públicas. Além disso, o governo também tem o poder para agir nessas duas importantes etapas das políticas públicas que já foram anteriormente citadas. Assim, em relação à questão racial, discussões trazidas pelo movimento negro junto ao governo e a sociedade tem feito com que se elabore e implemente políticas de ações afirmativas para que haja a equidade. E é ante toda essa discussão que surge a política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

A política de cotas raciais nas universidades públicas do Brasil se constitui como uma política de ações afirmativas de acesso ao ensino superior, para que se consiga equidade racial, devido uma herança histórica que incorre sobre os negros, de discriminação e exclusão social. Nesse âmbito que foram discutidas medidas que se poderiam tomar para a inclusão dos negros e assim foi criada a política de cotas raciais, que trata do acesso de alunos negros ao ensino superior.

Não é muito comum vermos no ambiente universitário pessoas negras, ou, quando estão nesse ambiente, muitas vezes sofrem preconceito, ou não conseguem maior ascensão social. Diante disso, fez-se necessário criar uma política pública para amenizar essa situação de exclusão social dos negros que vem desde o tempo dos escravos e perdura até os dias atuais, pois com acesso ao ensino superior, o negro, então com estudo, teria maiores condições de adentrar o mercado de trabalho e assim poder disputar e adentrar espaços sociais até então da população branca.

Mas houve muita discussão a respeito dessa política, mesmo depois de sua implementação em algumas universidades públicas brasileiras. Discute-se que os alunos cotistas não teriam condições financeiras e até mesmo intelectuais, não conseguiriam se manter na universidade. Outro ponto discutido quando da implementação das cotas raciais foi a questão do próprio preconceito que iria sofrer o aluno cotista tanto dentro quanto fora dos muros

universitários, pois ele sempre seria visto como um incapaz porque precisou de cotas para adentrar no ensino superior, e que, depois de formado, não conseguiria emprego, pois os empregadores não iriam querer um aluno negro cotista em sua empresa, sempre os inferiorizando de todas as formas, inclusive pagando-lhes salários menores se comparados aos brancos.

Essa questão nos remete as ideias de Fraser sobre redistribuição e reconhecimento. As contribuições de Fraser (2001) com relação a redistribuição e reconhecimento se fazem importantes no que tange aos aspectos da igualdade para que haja o respeito às diferenças, pois o reconhecimento está ligado às questões culturais e identitárias e a redistribuição está ligada a questão social, de renda, trabalho, luta de classes.

Para que haja justiça, redistribuição e reconhecimento tem que ser considerados, e em relação a esse paradigma, Fraser diz que “isso significa descobrir como conceitualizar reconhecimento cultural e igualdade social de forma que ambos se sustentem [...]” (Fraser, 2001, p. 246). Essas questões devem ser levadas em consideração quando se fala em desigualdade social e assim, em criação de políticas públicas para que se alcance a igualdade de condições, oportunidades e respeito à diversidade.

E o problema se encontra justamente, como disse Cristovam Buarque (2009), que a “diferença instrui a desigualdade” e que “a diferença fundamenta a desigualdade” e o que as pessoas lutam é para que haja a redistribuição e o reconhecimento e assim, se extingam ou pelos menos minimize as desigualdades, havendo, assim, o respeito à diversidade.

Dessa maneira, o negro com mais estudo deveria ter as mesmas oportunidades de emprego e salário que o branco, ou seja, maior reconhecimento perante a sociedade e também com salário melhor, havendo assim redistribuição de renda e dessa forma o negro teria condições de ascensão social e então sendo amenizada a questão da desigualdade. Logo, seria aí que se encaixaria a política de cotas, para promover esse reconhecimento e a redistribuição.

Devido a todas essas questões que foram suscitadas a partir da criação da política de cotas raciais, foram feitos alguns estudos após a implementação dessa política por parte das universidades brasileiras e, até hoje, essa temática ainda é muito discutida.

Muito embora a política de cotas raciais se propusesse a equidade, muitas pessoas eram contra essa política. Em estudo de Abramovay & Castro, 2006, com alunos do ensino médio, de escolas públicas e privadas, negros e brancos, a maioria se posicionou contra as cotas, até mesmo os próprios alunos negros.

Os alunos negros dizem que

Está eu e ele [um colega branco] para disputar uma vaga, vamos dizer em um shopping. Se aquela loja já tiver um negro, eu não entro. Se ela já tiver um negro, eu não entro. Porque, pelo menos tem que ter um. Agora se no caso, não tiver e eu estiver disputando com ele, como a sociedade está visando, que tem que ter, eu entro, como se fosse assim o coitadinho. (GF alunos, ensino médio, escola pública, Salvador, aluno negro). (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 314)

Assim, a visão que eles têm é a de que perante a sociedade eles são os coitadinhos, que precisam da caridade da sociedade para que ocorra a ascensão dos negros, como se estivessem recebendo uma esmola social.

Outros alunos acham que essa política irá fazer com que se aumente o preconceito racial tanto perante a sociedade quanto no próprio ambiente universitário: *“Sem contar também que dentro da própria faculdade ela vai ocorrer discriminação: ‘ah, você entrou só pelo sistema de cotas e tal’.”* (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 313)

Já há alunos, tanto negros quanto brancos, que acreditam que o que estaria em jogo no quesito das cotas seria a própria capacidade do aluno negro porque *“parece que está falando que [o negro] é inferior, ele precisa disso ou então não vai conseguir chegar lá.”* (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 314), que estaria, com a política de cotas, sendo subestimado, sendo chamados, mesmo que indiretamente, de incapazes perante a sociedade:

*– Eu acho uma questão, esse negócio de cotas pra negros, eu acho racismo, porque está dizendo que o negro não tem condições de entrar numa universidade, de tirar uma nota maior que o branco.
– E os negros estão gostando. Pô, estão te chamando de burro e você está gostando. (Grupo Focal com alunos, ensino médio, escola privada, Distrito Federal). (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 314)*

No mercado de trabalho, posteriormente à faculdade, segundo os alunos, haveria discriminação entre um candidato branco e o negro, pois,

segundo os alunos entrevistados, o negro só seria contratado no lugar do branco devido à questão das cotas, porque teria que se ter um funcionário negro, ou então o branco sempre seria o escolhido ao invés do negro, pois aquele teria mais estudo que esse, porque o negro teria entrado pelas cotas com uma nota inferior e talvez com baixo rendimento:

(...) mercado de trabalho, assim, eu acho que as pessoas daqui a algum tempo, elas não vão querer contratar, assim, o negro, entre o negro e o branco, que fez a faculdade no mesmo lugar, teve o mesmo treinamento. A pessoa vai escolher o branco, não, assim, pela cor, mas por causa da cota, porque ele sabe que aquele negro, ele não saiu com um rendimento tão bom, ele entrou porque ele tirou a nota mais baixa, entende?, Então ele vai escolher o branco porque, o branco, ele teve um estudo maior. (Grupo focal com alunos, ensino médio, escola pública, Brasília). (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 313)

Enfim, a opinião dos alunos com relação às cotas encontra-se intimamente ligada a questão do preconceito e racismo perante a sociedade, sem “referências aos princípios de reparação social via educação, considerando as desigualdades historicamente acumuladas e reproduzidas.” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 314).

Esse fato mostra o quanto à questão social está imbricada nas relações raciais, porque os discursos, inclusive dos alunos negros, denotam preocupação com o racismo de todas as formas e em todos os ambientes que pode ocorrer devido às cotas raciais, mas nenhum tem a ideia de desigualdade e preconceito construídos ao longo da história, desde a época dos escravos, e isso pode ocorrer devido ao fato de esse discurso arraigado de preconceito e discriminação estar naturalizado pela sociedade, pois o discurso produzido por uma minoria é veiculado com o intuito de fazer suas ideologias dominantes assujeitarem as pessoas para naturalizar as desigualdades sociais. Assim, as práticas sociais e discursivas são moldadas por relações de poder social e ideologicamente construídas e veiculadas, portanto não naturais, mas, sim, naturalizadas. E é isso que ocorre no caso das opiniões dos alunos acima citadas.

A política das cotas universitárias, então, revela a questão de que trata Fraser (2001) de “reconhecimento cultural e igualdade social”. A questão de reconhecimento pode ser perceptível no que tange às cotas raciais, com o reconhecimento com relação à questão de raça, reconhecendo uma dívida

histórica com esses povos que tiveram, de certa forma, sua cultura roubada e desprezada durante o momento histórico da escravidão e hoje para tentar mudar esse ideário de exclusão com relação a essas pessoas tem-se a política das cotas raciais nas universidades, até mesmo para auxiliar na questão da redistribuição de que fala Fraser. Assim, essa política seria um remédio contra a injustiça socioeconômica.

Assim como temos a política de cotas no Ensino Superior, há que se pensar também não apenas no acesso desses alunos a universidade, mas também a sua permanência. Pois o que podemos perceber nos discursos supracitados, dos estudos de Abramovay & Castro, 2006, é que há grande preocupação com a questão do preconceito contra os alunos cotistas dentro e fora do ambiente universitário, mas principalmente neste último.

É nesse sentido que se faz necessária a criação de programas de ações afirmativas, no seio das universidades que adotaram a política de cotas raciais como forma de diminuição das desigualdades raciais.

Esses programas se fazem importante não apenas para dar um suporte financeiro ou intelectual a esses alunos, mas também para construção e afirmação de uma identidade negra e seu reconhecimento dentro da universidade, valorizando a sua cultura, respeitando as diferenças, considerando a diversidade e assim, ressignificando as universidades onde a política de cotas raciais fora implementada.

No texto de HELBORN, ARAUJO & BARRETO (2010, módulo I, p. 54) temos a informação de que “nos conhecemos, nos definimos, construímos nossas identidades na relação com o/a outro/a”. Essa ideia remete a questão de relações sociais e de alteridade, assim definindo uma identidade sendo construída nas relações e também a partir dessas relações e se temos relações pautadas na desigualdade e intolerância à diversidade, podemos citar uma referência de Cristovam Buarque (2009) que Marcel Bursztyrn traz em seu artigo *Modernidade e exclusão* que diz que

[...] diferença não é problema. Ao contrário. Eu pertencço ao grupo que estuda meio ambiente. Quem lida com isso sabe que diversidade é riqueza. Quem lida com cultura também sabe que diversidade é riqueza. Então as diferenças não são problemas. O problema existe quando a diferença instrui *desigualdade*. Por exemplo, é a situação em que, em referência a uma pessoa que é portadora de algum tipo de deficiência, ou

que tem determinada vinculação religiosa, ou, ainda, que apresenta uma cor de pele diferenciada, a sociedade oferece um tratamento diferenciado a essas pessoas em função de sua natureza, de suas características, de suas opções. Trata-se, portanto, de estar em um campo de alto risco, em que diferença fundamenta a desigualdade. (TUNES E BARTHOLO, 2007, p.39-40)

Nesse sentido, ele trata da questão das diferenças, que não podem ser encaradas como problemas, porque nós temos uma diversidade em se tratando de biodiversidade e multiculturalismo, mas a sociedade institucionaliza essas diferenças e cria em cima disso as desigualdades. O que se tenta fazer hoje é a criação de grupos que se identificam ideologicamente e se articulam para tentar acabar com o problema da discriminação.

E assim, na Universidade de Brasília, temos o programa Afroatitude, que age também nesse sentido da inclusão dos alunos cotistas no ambiente universitário para que haja a permanência desse aluno, para ele se sentir pertencente aquele ambiente ao qual se encontra inserido e não ocorra a evasão.

A política de cotas raciais como forma de ingresso nas universidades públicas ainda não foi adotada por todas as instituições brasileiras, apenas em algumas delas, mas não podemos afirmar que em todas as que implementaram a política de cotas também possuem programas de permanência no ambiente universitário. Como o foco desse trabalho encontra-se em analisar política de acesso e programa de permanência para alunos negros no ensino superior na Universidade de Brasília, falaremos de programas e ações afirmativas realizadas na referida instituição.

Para tratar da questão da permanência dos alunos cotistas na Universidade de Brasília, uma das pioneiras na implementação da política de cotas raciais, foi criado o programa afroatitude, que se propõe a ser um programa de ações afirmativas para a inclusão e permanência dos alunos negros cotistas na universidade.

Assim, posteriormente iremos abordar mais afundo o programa e como o mesmo atua na questão da permanência desses alunos no ambiente universitário, no âmbito da Universidade de Brasília.

Capítulo 4 – A Política de Cotas e programa de ações afirmativas na UnB – Programa Afroatitude

O programa afroatitude UnB é um programa de ações afirmativas, que abarca alunos que ingressaram na Universidade de Brasília por meio das cotas raciais. Atende 50 alunos bolsistas, que trabalham no âmbito do tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão, voltados, é claro, para as questões raciais.

O programa teve início no ano 2004, quando da implementação das cotas raciais na UnB. Na verdade, o programa não era então da UnB especificamente, mas sim o programa Brasil Afroatitude, que era ligado ao ministério da saúde e trabalhava com a questão da aids. Em 2008 esse programa do ministério da saúde se extinguiu e assim foi criado o Afroatitude UnB, porém ainda não institucionalizado, com reuniões ocorrendo por parte dos próprios participantes e organizadores do programa. Essa institucionalização só se daria no ano de 2013, sendo publicado em edital.

Hoje, já institucionalizado, possui um coordenador que participa das atividades realizadas nas reuniões. As reuniões acontecem todas as quintas-feiras, no horário do almoço e todos os 50 alunos bolsistas participantes do programa devem participar dessas reuniões, mas também, às vezes, recebem visitantes e convidados.

As reuniões objetivam discutir e compartilhar trabalhos, materiais e conhecimentos que envolvem a temática racial. É um espaço também onde ocorre o compartilhamento de experiências e situações vividas pelos participantes no ambiente universitário e também fora dele, geralmente situações de racismo e preconceito racial.

Em sua finalidade temos além de auxílio à permanência dos alunos cotistas, fazendo com que essa política tenha êxito, o programa visa ao combate à desigualdade racial no Brasil. Propõe-se ainda a abarcar principalmente alunos cotistas em situação de vulnerabilidade social e econômica, ou seja, o programa se destina a inclusão desses alunos no ambiente universitário e o seu sucesso acadêmico, atuando, dessa forma, na permanência do aluno cotista na universidade.

Cabe ressaltar aqui que os recursos de manutenção do programa são provenientes da Fundação Universidade de Brasília – FUB e são gerenciados

pelo Decanato de Assuntos Comunitários – DAC. Os alunos participantes do programa recebem uma bolsa de R\$ 400,00 reais que tem como referência os valores da bolsa permanência da Universidade de Brasília – UnB.

Os alunos participantes devem disponibilizar 20 horas para se dedicar ao programa, realizando trabalhos de pesquisa, produzindo artigos e outros tipos de trabalhos todos voltados para a temática racial, além de participar das reuniões semanais, onde tem a oportunidade de interagir com os outros estudantes cotistas e afirmarem suas identidades negras.

Depois de sua institucionalização, ocorrida há um ano, o seu primeiro edital para os futuros bolsistas, traz os objetivos do programa que serão dispostos a seguir:

- a) propiciar o acolhimento de estudantes ingressos na Universidade de Brasília por meio do sistema de reserva de vagas/cotas raciais (art.1º da resolução n.0156/212);
- b) ampliar as possibilidades de sucesso do estudante negro cotista;
- c) envolver os estudantes bolsistas em atividades de formação voltadas para questões sociais;
- d) estimular a realização de atividades acadêmicas por parte de seu público alvo levando em consideração seus aspectos socioculturais e históricos-políticos;
- e) envolver toda a comunidade acadêmica numa rede de parcerias para realização de atividades nos eixos temáticos correlatos à sua atuação, bem como participar construtivamente das pautas gerais da universidade;
- f) fortalecer dinâmicas e reflexões com vistas a otimizar a política de ações afirmativas da Universidade de Brasília.

O programa afroatitude, então, em sua essência, se pretende não tão somente a permanência dos alunos cotistas na universidade, mas cumpre papel importante nesse sentido, dando um suporte para a permanência desses alunos na universidade, financeiramente falando, e discute questões que se aproximam de suas realidades, como negros que, apesar de se encontrarem em um ambiente universitário, ainda sofrem discriminação devido à cor da pele, sua cultura e identidade.

Dados e discussões

Tendo participado de uma das reuniões do programa afroatitude, tem-se a ideia de como esse programa atua na questão da permanência dos alunos cotistas na Universidade de Brasília. Com o intuito de descrever um pouco de como isso ocorre, iremos dar uma breve descrição de como ocorreu essa reunião, para assim demonstrar a importância do programa e sua eficácia no que se pretende.

Sendo assim, em uma das reuniões do programa afroatitude observada no dia 29 de maio de 2014, primeiramente os alunos que estavam indo pela primeira vez se apresentaram, e foi interessante o que um dos alunos principiantes disse que estava ali porque sentia necessidade de um ambiente onde ele se sentisse acolhido, ou seja, pertencente e aceito com relação a questão racial.

Posteriormente foi passado o curta moçambicano de seis minutos intitulado “Mãe dos Netos”, que foi produzido por uma cineasta branca alemã e conta a história de uma mulher, Elisa, que tem um filho, Francisco. O filho casa-se com oito esposas e ele e as suas mulheres morrem e deixam os filhos, os quais a vovó Elisa toma conta.

A partir daí suscita o debate sobre as questões que o filme traz. O professor coordenador do programa começou perguntando porque diz que o filho de Elisa, Francisco, vai para a África do Sul, que é uma informação contida no filme. A partir daí ele começa a falar um pouco sobre a história, sobre Moçambique e alguns outros países da África e que alguns desses países já foram visitados por ele que, portanto, conhecera a realidade da população desses países.

Assim, responde-se a pergunta do professor, porque os moçambicanos homens vão para a África do Sul devido à questão econômica, para arrumar um emprego, para ter melhores condições financeiras, e as mulheres ficam em Moçambique e cuidam da família.

Foi discutida ainda a questão da violência contra a mulher que ocorre na África do Sul e que é muito grande no que diz respeito aos países africanos, mulheres são estupradas, não são respeitadas nesse sentido.

Outra questão posta foi a da ancestralidade, que é muito presente na cultura africana. Há, nessa cultura, o respeito aos mais velhos. É a vovó Elisa que conta a história, assim, temos a figura do mais velho também como o que conta as histórias, vai transmitindo isso ao longo do tempo. É o griô, ou seja, contador de histórias.

Falam sobre a poligamia que é retratada no filme e que isso é marca da cultura africana, pois nessa cultura o homem pode ter várias esposas e as mulheres ficam submissas a essa situação.

Nesse interim, durante a discussão, os participantes do programa vão se colocando, contando suas experiências, coisas relacionadas a temática racial e cultura africana.

Outra questão é a do boi, que o pai de Francisco ao morrer os deixa a ele e este aos filhos e ter bois nessa cultura significa status.

A mediadora da reunião diz que o filme foi passado com o intuito de, além de promover o debate, também para mostrar e falar da questão da invisibilidade do cinema negro e africano e que essa invisibilidade também ocorre não apenas na questão do cinema, mas também nas artes, por exemplo. Comenta também sobre algumas disciplinas que trabalham com a questão africana e que há uma que é o curso cinema negro, que é uma das poucas que abordam o assunto.

Falam ainda sobre o evento latinidades que acontecerá em breve e do qual irá participar uma escritora moçambicana chamada Paulina Chiziane. Diz que essa escritora sofre uma certa resistência em Moçambique e que lá ela não é reconhecida. Diz que, assim como ocorre com a questão do cinema não ter visibilidade, o mesmo ocorre de certa maneira com a literatura e que é difícil ter contato com a literatura africana, por isso a mediadora se dispõe a disponibilizar os textos que se encontram em arquivos no computador.

Discutem ainda outras questões como a ideia de família coletiva que existe nos países africanos, as capulanas que são utilizadas pelas mulheres e que também é símbolo de status social, pois quanto mais capulanas a mulher usa, mais status tem para a mulher perante a sociedade. Comentou-se também a respeito de um grupo de teatro negro de São Paulo que se chama "As Capulanas".

Ao final da reunião são discutidos alguns assuntos institucionais referentes ao próprio programa e dito que na próxima reunião uma das alunos irá apresentar um trabalho que está sendo realizado por ela na temática de gênero e raça.

A partir do relato da reunião supracitada, podemos perceber o quão importante é o trabalho que é realizado pelos participantes do programa, pois neste espaço eles podem compartilhar suas experiências, até mesmo de preconceitos sofridos, podem ter mais contato com sua cultura, muitas vezes esquecida e ignorada pela sociedade; pode se sentir pertencentes em um ambiente e uma sociedade em que está arraigado de preconceito e segregação.

Quanto o aluno iniciante diz que precisava de um espaço para se sentir acolhido, é questão da identidade e pertencimento, pois como há muita discriminação racial não há espaço para o negro, assim ele não se identifica naquele ambiente, precisa estar com seus pares, numa relação de alteridade, para se sentir igual, como eles, entre os seus.

Outra questão é a da divulgação, conhecimento e compartilhamento da cultura africana, que já foi muito cerceada perante a sociedade, tolhendo os africanos e afro-brasileiros de terem e manifestarem sua cultura, seja através da religião, danças, comidas, dentre outros. Ali no grupo do programa é possível se manifestar culturalmente sem medo de retaliações, sem que se sofra discriminação.

Enfim, o programa atinge aqueles que, não apenas necessitam da bolsa para se manter na universidade devido a sua situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas também emergem questões relacionadas a própria cultura que perpassa esses alunos cotistas que necessitam desse acolhimento, para afirmarem sua identidade e se sentirem inseridos no ambiente universitário em sua totalidade.

Considerações Finais

Podemos perceber no cenário contemporâneo a presença das políticas públicas, principalmente no campo educacional, para amenizar desigualdades, principalmente no que tange aos grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse âmbito educacional servem para pretender promover igualdade de oportunidade e permanência para que se tenha uma educação para todos.

Nesse sentido, podemos citar a implementação das cotas raciais. Essa política pública visa à igualdade de acesso a pessoas que se encontram, de alguma forma, seja por questão de raça ou classe social, excluídas do processo de ingresso em universidades.

No que tange à permanência dos alunos cotistas na Universidade de Brasília, o programa afroatitude cumpre bem o seu papel, não apenas por custear-lhes, de certa forma e por assim dizer, os estudos, mas principalmente no que diz respeito à questão de afirmação de identidade, divulgação da cultura africana e inclusão desses alunos no ambiente universitário. É um programa que auxilia na permanência dos alunos cotistas na universidade, mas ainda há muito que se fazer para difundir as questões afro-brasileiras, pensando-se no ideário da universalização do ensino.

Tendo em vista as questões aqui postas e diante de tantas outras que se encontram discutíveis nesse âmbito, teria que ser dado maior importância e espaço para que houvesse um maior debate para apontar as dificuldades enfrentadas pela população para que fossem discutidas ampliações das políticas públicas voltadas para as questões de gênero, raça e classe social voltadas para a área da educação abordando-se essas temáticas e que garanta maior acesso e permanência de todos a todas as etapas do ensino, principalmente à universidade, que conseqüentemente trará maior instrução para que haja o maior acesso ao mercado de trabalho e assim maior redistribuição.

Pode-se observar que a elaboração e implementação de políticas públicas que envolvam questões de gênero, raça e classe, principalmente no

que tange à área educacional se faz muito importante e que todos os que atuam para a criação e implementação de políticas públicas nessa área têm uma grande responsabilidade social; seu trabalho, pois, no auxílio a população, deve levar em consideração os aspectos de gênero, raça e também socioculturais dos mesmos, dentre outros fatores. Isso se torna fator essencial no tocante ao tema de políticas públicas e a torna uma peça-chave no cenário educacional atual.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam & CASTRO, Mary Garcia. **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da Igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. da UNB, 2001.

HELBORN, Maria Luiza; ARAUJO, Leila; BARRETO, Andreia (Orgs). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR: módulo I)**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HELBORN, Maria Luiza; ARAUJO, Leila; BARRETO, Andreia (Orgs). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR: módulo III)**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

MARCON, Sonia Silva & ELSÉN, Ingrid. **Estudo qualitativo utilizando observação participante - análise de uma experiência**. Revista Acta Scientiarum 22(2): 637-647, 2000. ISSN 1415-6814. < Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/article/view/2999/2143> >. Acesso em: 24/05/2014.

MARX, Karl; ENGELS, F. **O Manifesto comunista**. São Paulo: Global, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude – usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 2ª ed., 1988.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V. 1, Nº 3, 2º Sem., 1996.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. Travessias, ed.04, ISSN 5935, 1982.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, Joselina da. ***Desigualdades de raça e gênero na educação superior: um olhar sobre a base sineaes.*** Porto Seguro, 2008.

SOARES, Sergei Suarez Dillon, FONTOURA, Natália de Oliveira & PINHEIRO, Luana. ***Tendências Recentes na Escolaridade e no Rendimento de Negros e de Brancos.*** Brasília: Ipea, 2006.

SOUZA, Celina. ***Políticas públicas: uma revisão da literatura.*** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

THEODORO, Mário (org.), JACCOUD, Luciana, OSÓRIO, Rafael, SOARES, Sergei. ***As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.*** Brasília: Ipea, 2008.

TUNES, E. e BARTHOLO, R. (orgs.) ***Nos Limites da Ação: Preconceito, Inclusão e Deficiência.*** São Carlos, UFSCAR, 2007.

VICENTINO, Cláudio e DORIGO, Gianpaolo. ***História para o Ensino Médio: História Geral e do Brasil.*** São Paulo: editora Scipione, 1ª ed., 2001.